

CAPÍTULO XXIII

Modelos de Industrialização e Socialismo

SIGNIFICA TUDO ISTO que a extraordinária experiência social chinesa deva ser simplesmente condenada? Será razoável colocá-la no mesmo plano do totalitarismo soviético, onde o modo de produção dominante é também o estatal? Justifica-se um radical desencantamento com a experiência chinesa porque a Revolução Cultural foi abandonada?

Posições dessa natureza são apressadas, unilaterais. A China é um dos exemplos mais dramáticos de um povo que, sob a liderança de uma elite dirigente estatal, empreende sua transformação em uma sociedade moderna ou desenvolvida. Desde a segunda metade do século XIX, quando a França, a Alemanha e o Japão realizaram seu desenvolvimento, buscando equiparar-se à Inglaterra e aos Estados Unidos, foi o Estado o agente fundamental do desenvolvimento. Entretanto, nesses países foi possível à burguesia e a certos setores da aristocracia assumir a liderança do Estado adotando uma ideologia nacionalista e industrializante. Mas o desenvolvimento foi sempre realizado de forma autoritária, ainda que esses países partissem de uma base econômica muito mais avançada do que a chinesa. O estabelecimento da democracia burguesa só ocorreu posteriormente à industrialização e depois de guerras terríveis. Um segundo caso foi o da União Soviética, na qual a industrialização foi assumida por uma classe tecnoburocrática também nacionalista e industrializante, eliminan-

do-se a burguesia. Embora também se partisse de uma base econômica relativamente avançada, o modelo soviético foi e continua sendo de um autoritarismo absoluto. E o período stalinista dos anos trinta constituiu-se em um dos momentos trágicos da história da humanidade. Um terceiro caso é o dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o México ou a Índia, que presentemente empreendem sua industrialização sob a liderança de um Estado controlado pela burguesia, pela tecnoburocracia e pelas empresas estrangeiras. Nesses países a tendência é também fortemente autoritária, ao mesmo tempo em que se reproduzem desigualdades econômicas extremas, na medida em que as classes dominantes buscam reproduzir os padrões de consumo dos países centrais. Configura-se uma situação de subdesenvolvimento industrializado e dependente, em que a modernização serve apenas à classe dominante.

O modelo chinês corresponde a um quarto caso de industrialização, em que uma tecnoburocracia estatal assume de forma exclusiva a liderança do desenvolvimento econômico.

Como nos demais casos em que a liderança coube ao Estado, o regime democrático foi excluído das cogitações. Este modelo pode ser distinguido do soviético porque os níveis iniciais de desenvolvimento das forças produtivas eram consideravelmente mais baixos. Este fato poderia sugerir maior índice de autoritarismo. Mas talvez em virtude das diferentes personalidades de Mao e Stalin, talvez em virtude do fato de que a China foi menos ameaçada externamente do que a União Soviética, o autoritarismo da cúpula dirigente chinesa, embora indiscutível, parece menor do que o da União Soviética. Jamais houve um período stalinista na China. E se Stalin é admirado pelo povo chinês, isto se deve ao forte apoio que deu à revolução chinesa e ao seu desempenho na Segunda Guerra Mundial. Seus erros, entretanto, são reconhecidos. Por outro lado, a revolução chinesa completa em 1979 trinta anos, enquanto a russa já tem mais de sessenta. É razoável, portanto, ter mais esperança quanto à implantação da democracia e do socialismo na China do que na União Soviética.

Na verdade, a despeito de a Revolução Cultural ter sido abandonada, a formação estatal chinesa apresenta êxitos extraordinários. Em trinta anos, o desenvolvimento econômico foi notável. E seus frutos foram repartidos entre todo o povo de maneira extraordinariamente equitativa, ainda que não igualitária. Não há fome, não há subnutrição, não há analfabetismo na China, enquanto em países com renda por habitante muito maior estes males estão presentes e parecem insuportáveis. Os índices de crimi-

nalidade são baixíssimos, a prostituição desapareceu, a medicina socializada abrange toda a população, os direitos das mulheres em relação aos homens apresentam progressos notáveis. Ainda que também se dê ênfase à indústria pesada, a agricultura e a indústria ligeira recebem certa prioridade, na medida em que primeiro é preciso alimentar e vestir o povo. Esta é também uma política muito diferente da soviética. Graças a isto e a um índice de crescimento populacional cada vez menor, o padrão de vida do povo melhora dia a dia. No presente momento começa a generalizar-se o uso das máquinas fotográficas e dos aparelhos de televisão. Em 1978 a produção agrícola cresceu 8,9% e a industrial 13,5%; em 1979, de acordo com o plano nacional, a agricultura deverá crescer 4%, a indústria ligeira 8,3% e a indústria pesada 7,6%; a produção de máquinas fotográficas, no entanto, deverá crescer 23% e a de televisores, 100%.²⁴

* * *

Os êxitos econômicos e sociais do regime chinês são, portanto, notáveis. Já o eram antes da Revolução Cultural e continuaram a sê-lo depois. Por outro lado, embora possamos falar em uma sociedade de classes, já observamos que as diferenças são bastante reduzidas, quando comparadas aos padrões dos países capitalistas centrais, e reduzidíssimas em relação aos países subdesenvolvidos. O fato de a China ser ainda um país dominantemente camponês, com cerca de 80% da população vivendo no campo, somado a uma reforma agrária de caráter efetivamente socialista, baseada na criação das comunas populares subdivididas em brigadas de produção, é também um fator importante para explicar a persistência de traços socialistas na formação social chinesa. Reduzir as comunas a um sistema de administração burocrática é hoje uma tarefa extremamente difícil na China, e provavelmente não entra nas considerações dos dirigentes chineses.

Por outro lado, a Revolução Cultural deixou suas marcas na liderança chinesa. A autogestão ou pelo menos a participação dos trabalhadores continua um objetivo, ainda que no momento postergado. Afirma o presidente chinês: "Nós devemos instaurar nas empresas um sistema de

²⁴ Relatório do ministro das finanças, Zhang Jintu. "L'Economie Chinoise en 1978 et 1979." *Beijing Informa*. n. 26, 2 jul. 1979, p. 8-10.

representação dos trabalhadores, os responsáveis pelas empresas deverão prestar contas regularmente de suas atividades perante às assembléias de trabalhadores e ouvir seus conselhos".²⁵ Por outro lado, ainda que se procure conter ao invés de estimular a luta de classes, os dirigentes chineses estão cientes dos desvios em que pode incidir a tecnoburocracia. Afirma o presidente chinês, depois de elogiar os funcionários e administradores: "Entretanto, há também aqueles que imaginam que os deveres e a disciplina são exclusivamente destinados às massas, e que os administradores, em particular os administradores superiores, não têm senão direitos, não existindo para eles deveres, estando dispensados da disciplina".²⁶ No mesmo sentido, afirma também: "Nós devemos impedir de forma absoluta que nossos administradores, que são servidores do povo, se transformem em senhores que dominem o povo".²⁷

É claro que essas afirmações podem ser atribuídas à mera retórica. Não há dúvida de que os dirigentes chineses se vêem envolvidos em contradições que simples palavras não resolvem. Mas não há razão para negar qualquer validade a essas afirmações. Tudo o que se pode observar na China indica que elas também têm uma base na realidade.

A experiência chinesa mostra que as formações sociais onde o modo de produção estatal é dominante podem variar muito de uma para outra. Parte das críticas que se dirigem ao regime soviético não são aplicáveis ao chinês. Do ponto de vista da eliminação da sociedade de classes, o término da Revolução Cultural foi um retrocesso. Mas no plano da democracia não houve retrocesso; pelo contrário, tudo indica que houve algum progresso, embora a China esteja longe de ser um país democrático. Como a União Soviética anteriormente, a China vem logrando grandes êxitos econômicos. E a distribuição de renda na China é provavelmente mais equitativa do que na União Soviética, embora neste país também já se tenha alcançado grande equiparação, em termos de padrão de vida (não em termos de poder) entre os intelectuais e os trabalhadores manuais.

A revolução chinesa tinha três grandes objetivos: o socialismo, a independência nacional e o desenvolvimento econômico. Os dois últimos objetivos estão sendo atingidos com extraordinário êxito. O primeiro não pode ainda ser realizado. A burguesia foi eliminada, as desigualdades eco-

²⁵ *Op. cit.*, p. 27.

²⁶ *Op. cit.*, p. 29-30.

²⁷ *Op. cit.*, p. 27-8.

nômicas reduziram-se drasticamente, mas uma nova classe dominante assumiu autoritariamente o poder. A China não estava preparada para o socialismo, porque seu povo não estava ainda em condições de caminhar no sentido da eliminação das diferenças principalmente de poder entre trabalho intelectual e trabalho manual, especialmente se se desejava, ao mesmo tempo, alcançar os dois outros objetivos: modernização e independência nacional. Por isso não restou outra alternativa à China senão transformar-se em uma formação social predominantemente estatal. Mas a análise que acabamos de realizar também parece ter deixado claro que nessa formação social já existem traços autenticamente socialistas. Se essas características vão se acentuar ou vão se esvanecer é difícil prever. Prefiro ficar com a primeira alternativa. Por outro lado, se valeu a pena para o povo chinês pagar o preço do estatismo e do correspondente autoritarismo, ou se ele teria outras alternativas mais favoráveis, é uma escolha que os ocidentais, acostumados à democracia, têm dificuldade de fazer. Não creio, entretanto, que o povo chinês enfrente a mesma dificuldade.

Para os países capitalistas centrais, que iniciaram sua industrialização no século passado ou mesmo antes disso, havia uma alternativa democrática. Vimos, entretanto, que os países centrais que se atrasaram no seu processo de industrialização já tiveram que recorrer ao autoritarismo. Em qualquer hipótese, nos países capitalistas centrais a democracia e a modernização, ainda que não fossem uma dádiva da burguesia, foram conquistadas sob o domínio dessa classe. Hoje as liberdades democráticas constituem-se em uma conquista fundamental da humanidade. Para os países subdesenvolvidos, entretanto, que realizam sua industrialização neste século, a situação é muito diferente. Aqueles que já possuíam burguesias relativamente desenvolvidas podem tentar reproduzir a experiência política liberal. Mas como o caso do Brasil, entre muitos outros, deixa muito claro, esse projeto é cheio de percalços. Já os países subdesenvolvidos em que a burguesia local não tinha qualquer possibilidade de liderar um processo de modernização, a única alternativa era a tomada do poder por uma tecnoburocracia estatal. Este é o caso da China e da maioria dos países asiáticos e africanos. Mas isto não significa que todos deverão seguir um caminho único. Como o caso da China demonstra com clareza, as formações sociais em que o modo estatal de produção é dominante podem variar bastante entre si. Afinal, o Estado moderno, na medida em que é antes de mais nada um agente de modernização, é também o ins-

trumento por excelência através do qual os homens fazem sua própria história.

É certo que, ao criar o Estado como demiurgo da história, a sociedade civil também cria ou dá a oportunidade de surgimento a uma nova classe dominante: a tecnoburocracia. Define-se, assim, a contradição fundamental do nosso tempo, da qual a China é um espelho dramático. Na medida em que a sociedade quer se tornar senhora de sua própria história, visa à independência nacional, ao desenvolvimento econômico e ao socialismo, ela cria o Estado. Mas, ao fazê-lo, ela está ameaçada de cair sob o domínio de uma nova classe que esse próprio Estado engendrou.